

Cultura Portuguesa no Brasil

Uma política a cumprir

JOÃO ALVES DAS NEVES

I

“Portugal, na determinação do seu apoio em grupo civilizacional, tem que buscar, primeiro, o Brasil, que tem por língua nacional o português”.

Pertencem estas palavras a Fernando Pessoa, que é também o autor da frase nada paradoxal: “O nacionalismo é anti-português”. E do poeta da *Mensagem* fixemos ainda esta afirmação: “Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé?”.

Noutro texto pessoano, está a evocação de que, “nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa acção imperial, pela colonização; e foi nestas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a idéia do Império português atinge o estado religioso”. (É claro que aos vocábulos “acção imperial”, “colonização” e “sonho sebastianista” é preciso dar, não o significado ideológico, mas o cunho universalista de um Camões, de um Garrett, de um Pessoa, de um Aquilino Ribeiro, de um Jaime Cortesão ou de um José Regio).

De acordo com a concepção do autor da *Ode Marítima*, a nação que pretenda um imperialismo cultural tem de “unificar os elementos que falam a sua língua, porque não há império sem unificação”. E a peculiaridade do Brasil serviu a Fernando Pessoa para demonstrar que a língua é que “define a situação para si mesma”: Portugal sendo uno no continente, tem por exemplo, uma colónia espiritual, o Brasil, onde se fala a mesma língua mas que é inevitavelmente, por uma razão geográfica de distância, um povo diferente”.

Projete-se a idéia não apenas literária mas cultural, sobretudo, num contexto do mundo contemporâneo e facilmente se deduzirá o que pensava o Poeta da participação do povo brasileiro na política idiomática — uma acção

dia a dia relevante, mais pela criatividade tão lusíada do que pelo peso demográfico. E, se quisermos, poderemos ainda remontar àquele que foi o sublimador da língua que falamos — Luis de Camões, paradigma que não raros brasileiros apontam como o pomo da concórdia, pois foi ele o grande sistematizador, se assim nos podemos expressar — da Língua Portuguesa, definitivamente autónoma, embora descendente legítima do latim, com os apoios grego e árabe, antes de ser o galaico-português, com o concurso vocabular que os nossos torna-viagens trouxeram das suas descobertas de terras e povos diversos.

Partimos de uma série de princípios que Fernando Pessoa consubstanciou, desde o início da grafia e da pronúncia em português até “à fria perfeição de engenharia sintática” de um António Vieira (tão luso-brasileiro) e que o Poeta, num “alto sentimento patriótico”, resumiu genialmente, ao proclamar: “Minha pátria é a língua portuguesa”.

Por que terá o Mestre de tantos poetas contemporâneos, aqui e além-mar, abrasileirado a frase com a supressão do artigo? Mistério que não aprofundamos, mas que pode ser outro ponto de partida possível — na repetição camonianiana, já que o criador da *Mensagem* foi um dos primeiros intelectuais portugueses a ressaltar a colaboração do Brasil no mundo do idioma português que é o nosso orgulho e a nossa maior esperança. Não há tratados que a consagrem, mas a nossa comunidade linguística ultrapassa hoje os 170 milhões de pessoas, assim distribuídas: Brasil, 135.000.000 (estimativa de 1985); Moçambique, 14.000.000; Portugal 10.000.000; Angola, 7.500.000; Guiné-Bissau, 800.000; Cabo Verde, 300.000; e São Tomé e Príncipe, 100.000.

A soma é estabelecida com base nos últimos censos e estimativas, conforme documentam os mais recentes *Anuário do Terceiro Mundo* e *Almanaque Abril*. E à cifra deverão acrescentar-se os emigrantes: portugueses, 4.000.000; caboverdianos, 700.000; e brasileiros, 300.000.

Quer dizer, mais 5 milhões que falam português, mesmo assumindo a realidade de que em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde existem as línguas nacionais, simultaneamente ao idioma oficial, que é o português. Reunimos, por conseguinte, uma comunidade idiomática com mais de 170 milhões de pessoas, com destaque para o Brasil, que no ano corrente deve ultrapassar os 135 milhões de habitantes (assinale-se que somente no Estado de São Paulo, onde vivemos e que é o mais populoso e desenvolvido do país, na esfera económica, residem mais de 30 milhões).

País que é um verdadeiro continente, o Brasil poderá albergar 500 milhões de pessoas, no final do século XXI, considerando as indicações do professor português Alberto Alarcão: os brasileiros devem totalizar cerca de 450 milhões, quando o 2º maior país de fala portuguesa, Moçambique, chegará aos 45 milhões e Angola aos 34 milhões, ocupando Portugal, nessa altura, 11 milhões de seres humanos. Estamos já no limiar do século XXI e, por mais

diferente que seja — como observava o poeta Fernando Pessoa — o povo brasileiro mantém como principal raiz a Cultura Portuguesa.

O que fizeram ali os portugueses desde o alvorecer do século XVI? Malgrado os vazios, as evidências determinam que as origens não podem perder-se; pelo contrário, têm de ser aprofundadas pelo exercício de um diálogo que não deve ser limitado aos discursos — e passe da teoria à prática.

II

Os governos portugueses, antes e após 1974, nunca procuraram definir uma ação de política cultural portuguesa no Brasil, apesar de ser o país — entre os que recebem emigrantes — que melhores condições tem de proporcionar a realização dessa política. Primeiro, porque ali se fala o português e tudo induz às origens veiculadas por obra e graça do idioma comum. Depois, porque a “colônia”, ainda que não haja sido renovada nestas décadas, persiste numerosa, com 1.200.000 portugueses, de acordo com as estimativas divulgadas há uns 3 anos pela Secretaria de Estado da Emigração. E, em terceiro lugar, porque há uma rede de associações luso-brasileiras (mais de 200) que poderiam ser aproveitadas, no todo ou pelo menos em parte, para levar a efeito essa política cultural, que se impõe.

A nossa emigração está perdendo a memória, no Brasil, por falta de estímulo aos raríssimos pesquisadores. Há precisamente um ano realizou-se em São Paulo um congresso sobre a emigração europeia, tendo sido apresentadas 23 comunicações, se não estamos em erro, 15 das quais incidiram sobre a emigração italiana, enquanto a respeito dos portugueses foi apresentado um só estudo — excelente, aliás — da autoria de Maria Beatriz Rocha-Trindade. Protestámos contra a omissão, em artigo no “Diário Popular” (de Lisboa), mas nem um só esclarecimento veio a público: “tudo como dantes no quartel de Abrantes” . . . Tem-se a impressão de que nada vale a pena fora da pasta das Comunidades Portuguesas, enquanto os erros se acumulam.

As “pesquisas” em torno da emigração portuguesa estão a ser relegadas, no Brasil, aos concorrentes a viagens de férias — e o resultado está à vista em várias das publicações já impressas, nalguns casos cheias de erros palmares, inacreditáveis, mas que vão circulando por aí, disseminando as falhas e a confusão. O baixo nível destes trabalhos pode ser documentado por uma brochura pomposamente rotulada de estudo sobre os órgãos de comunicação social luso-brasileira, cujas fontes são dicionários e enciclopédias, sem consulta a uma só das várias histórias da imprensa (não muitas, infelizmente), editadas em Portugal ou no Brasil. E por este caminho não iremos longe. . .

Damos outro exemplo do que é preciso fazer-se com referência às obras de mais de uma centena de escritores portugueses que desde 1822 colabora-

ram intensamente na imprensa brasileira (até à década de 30, do século XX). Na *História da Caricatura Brasileira*, de Hermann Lima, estão nomeados mais de duas dezenas de “chargistas” portugueses, cujos lápis despertaram as atenções da opinião pública brasileira, durante sucessivas décadas. E os correspondentes da imprensa brasileira que tiveram representantes da estirpe dos Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Pinheiro Chagas, Fialho de Almeida, Latino Coelho?

E aqueles jornalistas portugueses que tanto brilharam na imprensa brasileira, desde Faustino Xavier de Novais, irmão de Carolina Novais Machado de Assis, que no jornal *O Futuro* chegou a reunir alguns dos mais destacados poetas, ensaístas, ficcionistas e jornalistas brasileiros da época? E o fogaço Gaspar da Silva, que dirigiu jornais em São Paulo e foi polemista terrível, ao ponto de Camilo haver tentado destruí-lo como tal. É uma multidão de professores, intelectuais e artistas que pedem e merecem atenção dos estudiosos, a fim de se determinar a participação que tiveram os emigrados portugueses na construção do Brasil post-independência, já que antes desta fase são numerosos os trabalhos históricos que culminaram com a publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, coordenada por Carlos Malheiro Dias.

Quanto à ação empresarial dirigida pelos emigrantes portugueses, desde 1822; vai ser esquecida totalmente, se não começar a ser pesquisada, a exemplo do que está a ser feito pelos italianos, alemães, espanhóis, franceses e até japoneses, que no início deste século passaram a emigrar para o Brasil. Se persistir este descaso em relação à obra dos portugueses, já se pensou no que subsistirá daqui a um século? Os pesquisadores do futuro vão admitir que, face aos documentos divulgados a partir do início do século XX, não houve participação dos portugueses, embora esta tenha sido realmente decisiva, conforme ilustram os poucos estudos impressos na primeira metade do século actual.

O que acontecerá com as nossas duas centenas de associações luso-brasileiras nem o podemos supor, mas não é difícil imaginar as dificuldades que as esperam. Sobreviverão? Muitas delas estão condenadas ao desaparecimento.

O descanso dos sucessivos governos portugueses — antes e depois do “25 de Abril” — tem sido completo não só perante a preservação da memória dos emigrantes mas também quanto à presença cultural no Brasil. Daqui a alguns decénios, não será fácil saber-se que algumas centenas de escritores, professores e jornalistas portugueses cumpriram importantes missões em terras brasileiras, em especial até aos anos cinquenta do século XX. Não se saberá também que o teatro português foi influente, assim como os pintores e outros artistas, engenheiros, médicos, etc. . .

Temos de reavivar casos como o de José Maria Lisboa, que deixou o seu nome ligado à fundação de dois importantes jornais, *A Província de S. Paulo*

(hoje *O Estado*) e *Diário Popular*, ou o do jornalista Zaluar, autor do livro *Viagem à Província de S. Paulo*, que é um dos mais interessantes testemunhos sobre esta região, na segunda metade do século passado. E do já aludido Gaspar da Silva, que acabou Visconde de São Boaventura, que foi o divulgador e crítico das obras de Eça de Queiroz, desde a estreia, e dos seus companheiros, assim como de Cesário Verde e de outros escritores portugueses contemporâneos.

Urge estudar a emigração em geral e os períodos políticos, visto que poucos sabem ter sido o Brasil o destino comum dos refugiados de 1890, 1910, 1919, 1926 e 1974. Alguns deles eram homens notáveis, como o foi Ricardo Sevefo, participante da intentona republicana no Porto, radicado no Brasil, onde se destacou como homem de empresa e intelectual, impondo-se também como homem de cultura e colaborador dos grandes jornais da época, e bem assim como conferencista, além de co-fundador de várias associações, entre as quais o Centro Republicano Português, que sobreviveu, em São Paulo, até à última década de 60. Da leva posterior à intentona monárquica de 1919 lembra-se o escritor e jornalista Carlos Malheiro Dias e dos opositores à ditadura salazarista poderia fazer-se uma lista bem longa, abrindo com os nomes prestigiosos de Jaime Cortesão e Fidelino de Figueiredo, continuando-a com Adolfo Casais Monteiro e muitos outros. De Casais Monteiro, que tivemos a honra de conhecer no jornal onde ainda hoje trabalhamos, diremos apenas que foi profundíssima a ação que desenvolveu como crítico, ensaísta e professor, sem falar do poeta; em Portugal, fala-se dele com um certo romantismo político — o que se compreende — mas não foi menos significativa a tarefa que ele realizou como divulgador da literatura portuguesa, em jornais e revistas, principalmente *n' O Estado de S. Paulo*, onde já apurámos que Casais publicou mais de 500 artigos.

Todas estas referências seriam suficientes para que se pensasse na definição de uma política cultural portuguesa no Brasil, onde avulta igualmente o problema do livro português, cada vez mais ausente, apesar do inegável interesse que alguns dos nossos autores continuam a despertar, com relevo para Fernando Pessoa. E, a respeito deste autor, observaremos que ele deve ser entendido como uma espécie de “carro-chefe”, porque, ao seu lado, estão Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros, depois os colaboradores de *A Águia* — com Teixeira de Pascoais e outros — e, a seguir, os da *Presença* e da *Seara Nova*, depois os neo-realistas, surrealistas e, enfim, a mais nova geração. Como não há literatura nenhuma isolada, para entender as raízes e projeções da obra de Fernando Pessoa, é indispensável conhecer o que veio antes e depois dele. Daí o considerarmos-lo “carro-chefe” de uma literatura que hoje é conhecida no Brasil pouco além dos cursos de letras, no Brasil, porque em outras escolas,

com exceção do mal-entendido Camões, o poeta dos heterónimos é o único autor que todos os jovens gostam de ler.

Uma outra lacuna tem de ser preenchida — a da imprensa. Os brasileiros conhecem mal a realidade portuguesa — e os portugueses a atualidade brasileira — porque os órgãos de comunicação social deixaram de dialogar entre os dois países. Em relação ao Brasil, já dissemos que no passado grandes jornalistas e escritores portugueses colaboravam assiduamente na imprensa naquele país. Ainda há pouco tempo revelámos uma série de textos de Eça de Queiroz nas páginas de *A Província de S. Paulo*, nunca até agora mencionadas nos estudos acerca do romancista de *Os Maias* e no mesmo jornal encontramos 99 artigos e contos de Fialho de Almeida, outra descoberta que nunca vimos referida pelos admiradores do contista de *O País das Uvas*. Os dois exemplos bastam para ilustrar o conhecimento que os leitores brasileiros tiveram de Portugal. E havia reciprocidade, embora de lá para cá não existissem os correspondentes a Eça ou Fialho.

Hoje, o que há? Os “correspondentes” de jornais e revistas são escassíssimos, nos dois países, por falta de estímulo, sob todos os aspectos. Quantos escritores ou jornalistas portugueses colaboram regularmente nas publicações brasileiras? E o inverso? O mínimo que se pode afirmar é que a informação é escassa, tendo ficado reduzida, de certa forma, às agências noticiosas! Ora, quem é que distribui os noticiários às imprensas portuguesa e brasileira? As agências estrangeiras: do Brasil (com raríssimas exceções) as notícias vêm pela UPI, AP, AFP, Reuters e outras. E de Portugal vão através das mesmas agências, que têm de Portugal e do Brasil uma visão peculiar dos seus respectivos países, pelo que ficámos reduzidos aos grandes eventos políticos, aos incêndios ou inundações, aos desastres em que morrem dezenas de pessoas — e pouco mais. Quer dizer, a vida portuguesa, particularmente as suas manifestações culturais e artísticas, são desconhecidas no Brasil — e acerca do que se passa no Brasil o mesmo desconhecimento ocorre também em Portugal.

III

Contaram-nos uma história e garantiram-nos que é verdadeira, embora pareça uma anedota: certo Ministro da Cultura, ao apresentar o programa da sua pasta, não fez uma só referência ao Brasil. E, ao ser indagado sobre tal omissão, teve a sinceridade de admitir que se esquecera. . . Realmente, os governantes portugueses esquecem com demasiada frequência que o Brasil pode ser um parceiro ativo e positivo de Portugal, seja no capítulo econômico, **seja no cultural** e até no político. Refletir sobre essa cooperação? Discursar, sim. Estávamos em Portugal na altura das eleições legislativas de Outubro de 1985 e ficámos surpreendidos porque entre os dirigentes partidários apenas

um — Aníbal Cavaco Silva — mencionou a necessidade do diálogo luso-brasileiro (se os outros também o propuseram, não o lemos nem ouvimos).

Será que o mercado consumidor brasileiro interessa apenas aos Estados Unidos, Alemanha Federal, Japão, França, Itália, Espanha, União Soviética? Ou não deseja Portugal aumentar e diversificar o seu intercâmbio económico com o Brasil? As duas interrogações são óbvias. Com a independência das antigas colónias africanas, os dois países deixaram de ser concorrentes na área de produtos tropicais — o espinho que foi argumento de alguns para que não se ampliassem as relações entre os dois países. Hoje fala-se muito em associações de empresas. Já é alguma coisa, até que venha a ser muita.

No livro *Portugal, razão e mistério*, lançado este ano, recorda António Quadros que há fundadas razões para esperarmos que as novas gerações, “libertas de complexos e avisadas pelo fracasso visível da cultura ideológica, estrangeirada e internacionalista, que hoje domina as superestruturas e os seus poderes em vários planos”, possam ainda salvar “esta velha e nobre pátria da queda no anonimato histórico ou num provincianismo onde só restariam alguns tipismos regionais sem dimensão nacional”. E salienta o escritor português que “podemos e devemos ver no Brasil, com as suas raízes lusíadas e com a estrutura cultural imã mais nova do que a renovadas embora na abertura prospectiva de uma especificidade ou de uma personalidade próprias, uma garantia de vitalidade criacionista, se é certo, como o cremos, que bebemos por iguais as nossas energias intelectuais e a direção essencial da nossa cultura na fonte comum da suprapátria da língua portuguesa. No Brasil e quem sabe se mais do que no Brasil”.

Observa ainda que não têm futuro os povos que se separam do seu passado e retiram os fundamentos à sua unidade, mas o que do passado interessa é o que transcende o tempo, os princípios, os arcanos, os arquétipos, isto é o que permanece idêntico sob as roupagens da duração. E conclui o autor de *Portugal, razão e mistério* que neste sentido é que uma verdadeira arqueologia “é prolegómeno insubstituível ao futuro necessário. E é sob tais condicionantes que Portugal poderá subsistir, no labirinto da história do porvir”.

Outros autores poderiam ser enumerados que definiram idêntica opinião por diferentes palavras, desde Jaime Cortesão a Agostinho da Silva, para citar apenas dois dos escritores que por alguns anos viveram no Brasil e conhecem, portanto, o que este país conserva da matriz portuguesa. E será nele, bem mais do que em quaisquer outros, que Portugal poderá encontrar-se e prolongar-se, já que um e outro oferecem as condições favoráveis ao diálogo. É preciso, no entanto, que os problemas específicos de cada um sejam perfeitamente entendidos no outro, se realmente se deseja um intercâmbio permanente, em todos os domínios, conforme se torna, de resto, necessário.

Já contamos com revistas como a *Atlântida*, de João de Barros, e o

Atlântico, que teve António Ferro como mentor principal, além de embaixadas de gêneros vários, espectáculos, tratados e acordos. De tudo isso, pouco sobrou. Discursámos demais, agimos de menos. Não diremos que é preciso recomeçar desde o princípio, mas parece-nos que muito há ainda por fazer, a partir do âmbito da informação recíproca até ao intercâmbio nos mais diversos capítulos.

Se nos fosse permitido, proporíamos, em primeiro lugar, que se procurassem os meios de uma informação correta e ampla a respeito da atualidade portuguesa e brasileira, em cada um dos dois países. Receamos não poder contar com o apoio das agências noticiosas estrangeiras, cujos interesses são peculiares e também não cremos na eficiência das oficiais. Mas consideramos que é indispensável achar o meio de se divulgar melhor a atualidade de Portugal e do Brasil, tanto mais que é assim que aconselham os interesses recíprocos.

Outro problema em aberto é o do livro, a respeito do qual ouvimos constantemente queixas de um lado e do outro. No que se refere à presença de autores portugueses no Brasil, precisamos não somente dos livros mas até, com frequência, dos próprios autores. Não somos do ramo, mas cremos que o obstáculo maior à difusão do livro é o de distribuidores à altura. Sabemos que nos cursos de literatura portuguesa a grande falta é a de exemplares de certos autores, porque as bibliotecas são, em geral, pequenas. É um círculo vicioso que tem de ser rompido, a fim de apoiar os cursos de literatura no Brasil, em número de quase 400.

Aliás, só o problema do ensino da literatura portuguesa exigiria uma conferência ou um livro, depois que há cerca de dois anos Afrânio Coutinho propôs a extinção da cadeira e, numa segunda proposta, sugeriu que tal matéria se tornasse optativa. O caso ainda dá pano para mangas, porque em verdade o projeto não foi sancionado nem rejeitado: o Conselho Federal de Educação aprovou-o, mas a proposta não foi homologada pela então Ministra da Educação e Cultura, professora Esther Figueiredo Ferraz. O que significa que pode voltar à tona, a qualquer instante.

Independentemente dos livros portugueses nos centros de estudo da literatura, é preciso levá-los também às bibliotecas públicas e a outras instituições culturais, bem como difundi-los através dos centros de distribuição comercial. E, falando de livros, pensamos igualmente nos jornais e revistas portugueses, dia a dia mais raros no Brasil, embora certas dessas publicações sejam de interesse para o Brasil, conforme ilustra a *Colóquio-Letras*, tão apreciada nos círculos literários e do ensino. Está a fazer-nos falta uma revista como foi a *Atlântida*, apolítica e voltada exclusivamente para a temática luso-brasileira, porquanto os chamados órgãos da imprensa portuguesa “do Brasil” sagram especial atenção às notícias correntes sobre a atualidade em Por-

tugal, desde a política à economia, aos aspectos culturais mais salientes e aos eventos, grandes e pequenos, das cidades, vilas e aldeias.

O terreno a desbravar é imenso e temos que reconhecer a sua complexidade, embora os pequenos obstáculos possam ser removidos, como se verifica com os portes dos correios (cartas, livros e publicações periódicas), pois não entendemos porque é que não havemos de continuar a gozar de taxas privilegiadas, conforme aconteceu durante largos anos, cremos que até 1977, quando os correios de Portugal e do Brasil não renovaram o convénio que mantinham e que facilitava a correspondência entre os dois países.

Os cursos ou simples conferências, os festivais ou mostras de cinema, os espectáculos teatrais, as mostras de artes plásticas e as mil e uma outras manifestações nos setores científico e tecnológico, bem como o intercâmbio universitário, são atividades que se enquadram, obviamente, nos acordos culturais entre os dois países. Esses acordos existem, porém não funcionam, ficaram obsoletos e os governos "post-25 de Abril", primeiro talvez por motivos ideológicos e, em seguida, por comodismo, ainda não procuraram adaptá-los às exigências nacionais, através da indispensável negociação com o Brasil. De resto, não é só no capítulo cultural que urge adaptar acordos e tratados à realidade, mas em todos os setores das relações entre Portugal e o Brasil, pois não se compreende que a seguir a tantos discursos e promessas continuem os dois países a reger seus contatos por intermédio de estatutos que nunca ou raramente produziram resultados positivos e que se revelaram incapazes de cumular as lacunas que há perto de meio século emperram o diálogo entre duas nações independentes mas que falam a mesma língua e têm interesses económicos, políticos e culturais afins.

Realmente, as falhas nesse diálogo são tantas e tão profundas que evidenciam claramente não haver uma política cultural portuguesa no Brasil, nem uma política cultural brasileira em Portugal. O que de vez em quando se faz é ao sabor da improvisação e de certos impulsos pessoais. Não há um programa, nem sequer um objectivo. Gasta-se uma pequena fortuna com a viagem de um, dois ou três professores ou escritores ao Rio de Janeiro e não se lembra que eles deveriam ir também a três, quatro ou meia dúzia de outras cidades brasileiras, onde poderiam repetir as suas conferências ou os seus cursos. O mesmo se aplica aos artistas plásticos e músicos, assim como aos cientistas ou pesquisadores das várias especialidades. O grupo de teatro apresenta-se numa cidade, por vezes duas. E as viagens são, em regra, mal organizadas, por que é corrente que a entidade promotora não comunique o fato aos órgãos oficiais portugueses instalados no Brasil, e muito menos à imprensa. O resultado é a sala. . . vazia.

Do Brasil, nada podemos mudar em Lisboa, e ninguém tem essa pretensão, mas cremos que os programas artístico-culturais organizados com base

num calendário poderiam receber não só o apoio de todas as autoridades portuguesas estabelecidas nas principais cidades daquele país, mas também o de certas das 200 associações luso-brasileiras. Recentemente, criaram-se os Conselhos das Comunidades Portuguesas, cuja regulamentação não pode ser, no Brasil, idêntica à da França ou dos Estados Unidos, por exemplo; o resultado é que desenvolvem uma actividade mais fantasista do que real, por vezes partidarista, provocando noutros casos choques com agremiações com largos decénios de actividades. Se formos elaborar um relatório severo do que tem sido feito por esses conselhos comunitários, aponto os gastos feitos com reuniões e prebendas, o que sobrá de concreto?

É muito provável que não se tenha dado por isso, mas a verdade é que a emigração portuguesa no Brasil é talvez mais diversificada, do ponto de vista intelectual, do que a de outros países. Contamos, naquele país, não só com inúmeros engenheiros, economistas, advogados, médicos e especialistas de outros ramos, mas também com uma cifra razoável de professores universitários, escritores, e jornalistas, pintores e outros intelectuais e artistas dos mais diferentes setores (sem referir, é claro, os industriais, comerciantes, técnicos e operários qualificados). A grande extensão do território brasileiro dispersa esses portugueses que poderiam e deveriam conhecer-se, porque muitos deles têm espírito comunitário e, cada um a seu modo, continuam reafirmando a sua condição de portugueses, mesmo que, em determinados casos, se hajam naturalizado ou requerido a igualdade de direitos (dupla cidadania), em virtude das exigências legais brasileiras para o exercício de determinados cargos, como acontece com os professores universitários e com os jornalistas. Quantos serão esses portugueses “do Brasil”? E quem são e onde estão?

Urge nomeá-los e conhecê-los, porque deles teremos muito orgulho. Um Domingos Carvalho da Silva, poeta e ensaísta de grande mérito, professor da Universidade de Brasília. Um poeta do nível de João Manuel Simões (aliás, também excelente ensaísta). Historiadores como Maria Beatriz Nizza da Silva. Pintores como Joaquim Tenreiro, Neves e Sousa ou Mariana Quito, Fernando Lemos, Agostinho Duarte, o escultor António dos Santos Lopes e muitos cujos nomes neste momento nos escapam. Atores e diretores teatrais como Luís de Lima, Fernando Muralha e outros. Dramaturgos como Canha de Leiradella ou Maria Adelaide Amaral, que já deixou de ser uma esperança para se tornar uma das maiores certezas do teatro brasileiro de hoje. A atriz e empresária Ruth Escobar que se deixou devorar pela acção política. Os professores e ensaístas Fernando Mendonça, Carlos d'Alge, José Rodrigues de Paiva, João Paulo Monteiro — e tantos outros. Jornalistas Barros Ferreira, Paulo de Castro, Armindo Blanco.

A lista já vai extensa mas terá de ser aumentada consideravelmente se a pretendermos completa. Documenta, porém, o essencial, apesar de imperfeita.

País de trabalho, o Brasil ainda hoje deve bastante aos intelectuais e artistas portugueses emigrados.

IV

Há de permitir-se a um luso-brasileiro com 28 anos de emigrado e que sempre tem participado das manifestações culturais portuguesas no Brasil que dê o seu testemunho acerca do que está vendo, entre surpreso e preocupado, em Portugal, a propósito da “guerra do hífen e dos acentos”. Fomos o único jornalista que assistiu, no Rio de Janeiro, a todos os trabalhos das delegações dos 6 países, durante 8 dias e conhecemos de perto, por dever de ofício, o Acordo Ortográfico e o que se passou para o alcançar.

Ao contrário do que temos lido na imprensa portuguesa, os delegados dos 4 países africanos declararam-se a favor e não contra o acordo: “Os países de fala portuguesa devem unir os seus esforços para defesa dos seus legítimos interesses — e um deles é a comunidade idiomática, hoje com mais de 170 milhões de almas”, disse-nos o embaixador de Cabo Verde, Corsino António Fortes.

Por sua vez, o delegado de S. Tomé e Príncipe, Alberto Homem dos Santos Siqueira Bragança, considerou “essencial o acordo ortográfico visando a unificação da língua portuguesa, pois não se compreendia como uma língua de cultura falada por mais de 170 milhões de usuários — com todos os traços restritos característicos da fonética e da fonologia das diversas áreas falantes — se venha confrontando até ao presente com barreiras ortográficas que dificultam a sua compreensão por parte desses mesmos usuários. Em suma, trata-se de, com a unificação, conceder maior dimensão à língua portuguesa, libertando-a de conotações ortográficas tidas por parasitárias, as quais estão na base das citadas limitações”.

A delegada de Angola, Maria Luísa Dolbeth e Costa, observou, por seu turno, em depoimento escrito, que nos concedeu. “Parece-nos viável pensar em termos de unidade ortográfica com vantagens recíprocas para todos os países de língua portuguesa e de língua oficial portuguesa. Os resultados do presente Encontro são o fruto de uma longa e ampla reflexão por parte das duas partes — a portuguesa e a brasileira — no sentido de uma uniformidade, que tem vindo a ser discutida pelas respectivas Academias, e hoje vimos envolvidos os países africanos. Não podemos deixar de manifestar a nossa satisfação por termos participado no referido Encontro e termos podido dar a nossa opinião sobre um problema comum”.

Finalmente, o representante de Moçambique, Luís Filipe Pereira, começou por nos declarar: “Para nós, foi importante a realização do Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa porque em primeiro lugar não

era possível manter duas grafias para a mesma língua e em segundo lugar porque precisávamos duma ortografia mais simples. Para o ensino do português no nosso país, onde a língua portuguesa deve ser ensinada como uma metodologia de segunda língua, isto era essencial”.

Todos estes depoimentos que acabamos de resumir nos foram entregues por escrito e refletem, por conseguinte, a posição oficial dos diferentes delegados que participaram do Encontro, no Rio de Janeiro, em representação dos 4 países africanos. Aliás, o da Guiné-Bissau deixou de comparecer, não pelos motivos que já vi alegados num jornal de Lisboa, mas pelo simples e prosaico motivo de que . . . perdeu o avião, visto que chegou a ser nomeado pelo governo guineense.

Recolhemos os depoimentos dos delegados portugueses e bem assim o do Prof. António Houaiss, que nos fez as seguintes observações: “É preciso que compreendamos que uma ortografia unificada não pretende ser impostura de padrões ortofónicos, “lisboetas” ou “cariocas”. Pretende acolher todos os padrões cultos efectivamente vivos numa língua falada em todos os continentes por mais de 170 milhões de usuários, que, a não ser na mitologia futurística, jamais “falarão” e “escreverão” igualmente, o que é a virtude com que o português poderá enfrentar o futuro como língua comum e culta dessa fracção da humanidade que, dizem, dentro de trinta ou quarenta anos será acaso a terceira da mesma humanidade, num concurso de para mais de cem línguas de cultura e para mais de mil línguas naturais? Não basta?”.

Por não ser linguísta, deixamos as interrogações com a multidão de especialistas do idioma que nas últimas semanas se revelaram em Portugal, desde o candidato derrotado à Presidência da República, ao Chefe da Casa Civil do candidato eleito. Parece-nos, no entanto, que há especialistas demais para um só idioma — ou, então, eles não passam, como dizia Eça de Queiroz, de especialistas de idéias gerais. . .

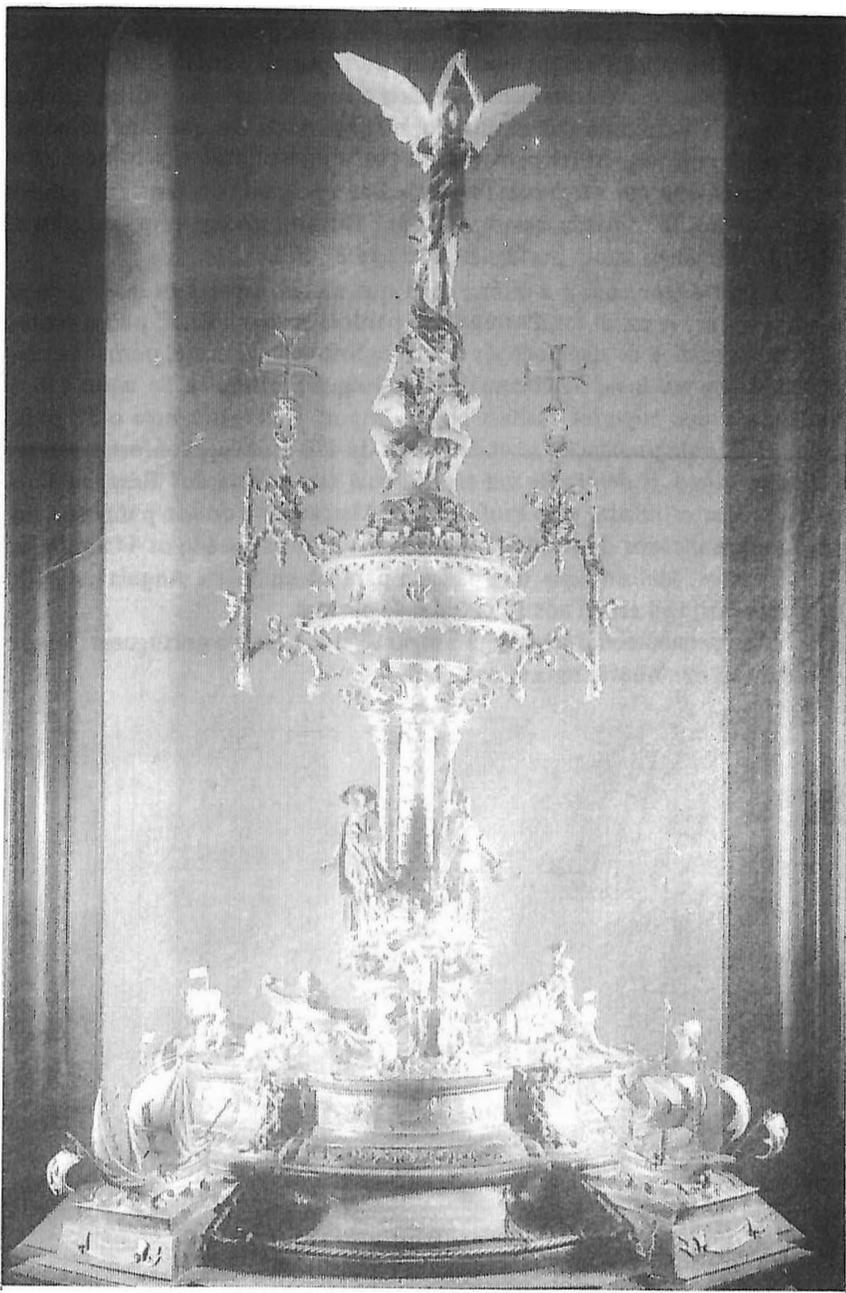
As inverdades que têm sido proferidas contra o Acordo Ortográfico levam-nos a rezear que algo mais do que a campanha esteja por detrás da campanha: já lemos que a data para o Encontro do Rio foi escolhida para coincidir com a visita do Presidente Sarney a Portugal, mas o certo é que, por tudo quando soubemos durante as sessões na Academia Brasileira de Letras, a reunião só não foi adiada porque, quando foi decidida a viagem do Presidente do Brasil a Portugal, a conferência sobre a ortografia portuguesa já não podia ser transferida. E, em relação aos interesses que subordinariam o Acordo aos negócios brasileiros com a CEE e aos países africanos, não passam de contos da carochinha.

Concluimos transcrevendo Eduardo Prado Coelho, no seu “ponto de vista” de 5-7-1986, no jornal *Expresso*: “Temo sinceramente que as reacções algo históricas ou rafeiras que o acordo suscitou do lado português tenham

agravado feridas, rompido definitivamente quaisquer pontes e tornado inevitáveis a separação e a ruptura. Porque não é necessário procurarmos leitores brasileiros demasiado susceptíveis ou comichosos para poder ler nas entrelinhas de muitos dos nossos textos que alguns portugueses pensam que o Brasil é uma terra de cafres, culturalmente primária e linguisticamente analfabeta. Razão tem pois Villaverde Cabral quando, no *Semanário*, diz que o modo como as coisas foram negociadas desencadeou “uma injustificada e perniciosa reação antibrasileira que surge com lucidez”. Daí a pergunta e o temor de Eduardo Prado Coelho: “Ainda iremos a tempo? Duvido. Receio bem que apenas nos reste um adeus muito português: *bye bye Brasil*”.

Como a esperança é a última coisa que morre, esperamos que não seja assim. Porque, se assim for, Portugal não perderá apenas o Brasil para a comunidade idiomática de que pode ser o líder espiritual incontestado, porque perderá também o seu lugar na comunidade de língua portuguesa. Se assim for, a brutalidade dos números acabará por se impor: Portugal é hoje o 3º país, entre os 7, cuja população ascende a mais de 170 milhões, conforme assinálamos no início. E dentro de um século, qual será a situação? Respondemos com as cifras estimadas pelo Prof. Alberto Alarcão num estudo publicado em Lisboa. em meados do século XXI, o Brasil terá ultrapassado os 445 milhões de habitantes, Moçambique terá passado para 44 milhões e Angola para 34, enquanto Portugal estará nos 11 milhões de pessoas.

Já se pensou como será daqui a meio século, a língua portuguesa (falada e escrita), se não houver uma só ortografia?



Real Gabinete Português de Leitura – "altar da Pátria"